



## Cimeira do Emprego: o rótulo não corresponde ao conteúdo



O Deputado do PSD, Arlindo Cunha, afirmou, em Estrasburgo, que chamar 'Cimeira do Emprego' ao Conselho Extraordinário de Lisboa "*constituiu um desvio de objectivo. Foi como que pôr um rótulo falso num produto, já que a etiqueta não corresponde ao conteúdo. Por conveniência política, naturalmente*".

Arlindo Cunha, que participava no debate do Plenário do Parlamento Europeu sobre a Cimeira de Lisboa, afirmou que "*todos nós estaremos globalmente de acordo com o objectivo estratégico da sessão extraordinária do Conselho Europeu de Lisboa no sentido de transformar a União Europeia no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável*".

texto na pág. 2

### A CIG dos grandes



O Parlamento Europeu discutiu as suas propostas para a CIG (Conferência Inter Governamental) que vai rever os Tratados. Durante muitos anos, o Parlamento Europeu foi o campeão da ideia de uma Europa Solidária, e reclamava maior Coesão Económica e Social recusando uma Europa a duas velocidades.

Com a aprovação do Relatório Dimitrakopoulos/Leinen, o Parlamento Europeu cortou com essa tradição e fez-se porta-voz da exigência dos "países grandes" que querem ter mais poder.

Com o pretexto de tornar o funcionamento da UE mais eficaz e de preparar o alargamento o que acaba por propor é uma alteração da natureza da União que tem conseguido, até hoje, representar de forma equilibrada as suas duas legitimidades: a dos Estados que a integram e a dos povos que a compõem.

Por isso, o PSD votou contra este Relatório no que foi acompanhado pelos outros partidos portugueses e por quase metade do Parlamento Europeu. A divisão do hemiciclo prova bem que não é pacífico o cenário de uma Europa conduzida por um Directório dos grandes...

Carlos Miguel Coelho

### Pacheco Pereira e Costa Neves em Timor

Artigo de Carlos Costa Neves pág. 5

### Em defesa do leite escolar

Iniciativa de Arlindo Cunha pág. 4

### Combate à pornografia infantil na Net

Intervenção de Carlos Coelho pág. 3

### O PSD disse:

Intervenções de Sérgio Marques, Carlos Coelho, Jorge Moreira da Silva, Vasco Graça Moura e Teresa Almeida Garrett págs. 6 e 7

# Arlindo Cunha analisa Cimeira do "Emprego"

Para Arlindo Cunha "ninguém discordará certamente do esforço que a nossa sociedade terá de fazer para ultrapassar com êxito os desafios que se perfilam no horizonte para as gerações que nos sucederão e que, hoje como ontem, reclamam soluções baseadas no conhecimento e na iniciativa".

Ninguém duvidará, acrescentou Arlindo Cunha, "da importância de preparar os nossos cidadãos para as exigências da sociedade de informação e das novas tecnologias de comunicação, como armas estratégicas para vencer o futuro, criando emprego a níveis de qualidade e de remuneração qualitativamente melhores.

**Nenhum Governo responsável** – nem, por maioria de razão, a União Europeia – **poderá deixar de se dotar das medidas e dos meios adequados para enfrentar tais desafios.**

Estaria tudo bem se essa Cimeira tivesse sido convocada para debater esse tipo de problemas. Pelo que se deveria naturalmente chamar Cimeira da 'Sociedade de Informação', da 'Economia do Conhecimento', ou da 'Nova Economia', conforme os gostos, as sensibilidades ou as pretensões.

Mas chamar-lhe 'Cimeira do Emprego' constituiu um desvio de objectivo. Foi como que pôr um rótulo falso num produto, já que a etiqueta não corresponde ao conteúdo. Por conveniência política, naturalmente".

Arlindo Cunha defendeu que "o objectivo do Emprego vai muito para além destas questões, como o têm, aliás, revelado sucessivos documentos, estudos e Cimeiras da UE, não traduzidas em políticas comuns nem em meios de acção concretos.

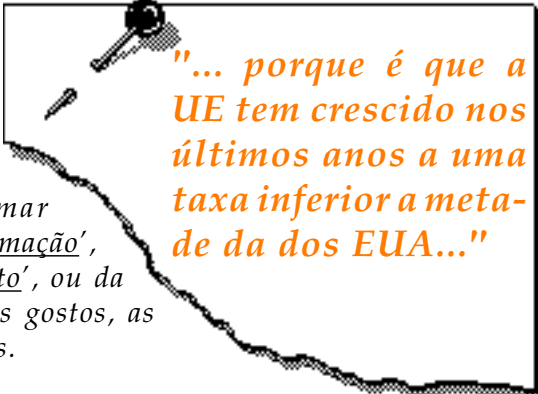
Em primeiro lugar, porque a 'nova economia', sendo um desafio essencialmente geracional, não pode colocar uma bomba sobre a 'velha economia' que constitui o sustentáculo da realidade que somos e cuja modernização e ajustamento estrutural são uma etapa que não se pode queimar na transição para a "nova economia".

Ora isso implica debater as estratégias de reconversão dos sectores tradicionais da nossa economia, como é o caso do sector têxtil, das

confeções ou do calçado nalguns países (como no meu próprio), ou das indústrias extractivas, da siderurgia, da construção naval, noutros Estados Membros.

Assim como exige um repensar das opções que teremos de tomar em matéria dos princípios orientadores da próxima ronda de negociações da Organização Mundial do Comércio em que, apesar de representarmos 1/4 do comércio mundial, temo-nos remetido a uma estratégia defensiva que reflecte essencialmente o interesse dos nossos principais concorrentes, como é o caso dos Estados Unidos.

Em segundo lugar porque um debate estratégico sobre o emprego teria de começar por uma análise substancial dos factores de competitividade da UE, porque é nesse plano que se joga o crescimento sustentado da economia e, daí, o emprego e o bem estar social.



"... porque é que a UE tem crescido nos últimos anos a uma taxa inferior a metade da dos EUA..."

Na verdade, um debate desta natureza não poderá deixar de se interrogar porque é que a UE tem crescido nos últimos anos a uma taxa inferior a metade da dos EUA. Ou porque é que nenhum governo tem tido coragem para questionar o chamado 'modelo social europeu' nos seus aspectos

mais negativos; porque, sem pôr em causa as virtualidades que manifestamente tem, constitui em alguns aspectos um incentivo à passividade, ao facilitismo e à preguiça em camadas da população que poderiam e deveriam trabalhar".

Para Arlindo Cunha "deveríamos por isso interrogarmo-nos porque é que têm sido tão baixas as taxas de reinserção económica da população activa beneficiada por 'políticas de solidariedade', especialmente pelos sistemas do tipo do Rendimento Mínimo Garantido.

Ou porque é que temos na Europa uma tradição tão estatizante e tão intervencionista que, está provado, condiciona negativamente a competitividade da economia. E que a coberto dos argumentos sociais e da estabilidade esconde estratégias de despesismo e de gestão de clientelas políticas.

Que, essas sim, afectam irremediavelmente, mas de forma negativa, o crescimento económico, a distribuição da riqueza e, conseqüentemente, o emprego".

# Contra a pornografia infantil na NET

O Deputado Carlos Coelho, num debate do Plenário do Parlamento Europeu, sobre a pornografia infantil na Internet, defendeu a **“criação de unidades especializadas, o reforço da cooperação e do intercâmbio entre os Estados, da acção da Europol e da eficácia da acção dos Estados Membros, incluindo quando necessário, a revisão da sua própria legislação e dos procedimentos em vigor nestes domínios, de maneira a que a aplicação de sanções penais eficazes seja assegurada”**.

Carlos Coelho defendeu ainda que **«há que encontrar definições, incriminações e sanções comuns em relação a este tipo de crimes»**.

Para Carlos Coelho, **«nesta última década, a exigência de uma «Política para as crianças», tem vindo a crescer, tendo por base a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989, que foi ratificada por todos os Estados Membros.**

A atenção que tem vindo a ser dada a este assunto aumentou consideravelmente ao nível local, regional e nacional dentro dos Estados Membros. No entanto, ao nível da União Europeia, **embora as crianças sejam cerca de um quinto da população da UE, só muito raramente é dada atenção explícita às suas necessidades nas políticas económicas ou noutras áreas.**

**Há que fazer da defesa das crianças uma prioridade política»**.

**Por todo o mundo, «milhares de crianças são vítimas de violações graves e sistemáticas dos seus direitos fundamentais: desde a crueldade familiar não detectada**

**e não punida, à exploração económica da sua força de trabalho, roubando-lhes a instrução e a infância, até à sua utilização na guerra com essa figura horrorosa das «crianças-soldados», até à sua utilização para fins de prostituição ou pornografia.**

De acordo com as estimativas do Comité Económico e Social, **existem mais de 5 milhões de crianças a trabalhar na Europa; em que a maior parte dessas crianças trabalham em áreas como a pornografia, o tráfico de droga e o turismo sexual. Essas crianças necessitam, especialmente, da protecção da sociedade.**

**“ há que encontrar definições, incriminações e sanções comuns para este tipo de crimes...”**

A evolução da Internet, o seu desenvolvimento vertiginoso e a sua importância crescente levantam hoje a questão da sua utilização para fins condenáveis.

Discutimos na Sessão anterior, aqui em Estrasburgo, **o que temos de fazer na Internet: a vontade da União Europeia de avançar muito rapidamente em termos de e-comércio e uma aposta decidida nas novas tecnologias e na educação.**

Discutimos hoje, **o que temos de evitar e de combater: a circulação e divulgação da pornografia infantil que tem vindo a aumentar assustadoramente.**

E se é certo que temos de encorajar os administradores dos sites e os provedores de acesso a definirem os seus padrões de conduta e a auto-regularem-se e os utilizadores da Internet a informar as autoridades sempre que encontrem material de pornografia infantil, **não é menos verdade que há uma responsabilidade da lei, dos Estados e da União»**.

## Pacheco Pereira recebe Afonso Dlakhama

**Afonso Dlakhama**, líder da oposição em Moçambique, foi recebido, em Bruxelas, pelo Vice-Presidente do Parlamento Europeu e Coordenador do Grupo Europeu do PSD, **José Pacheco Pereira**.

O Presidente da Renamo alertou **“para a possibilidade de a ajuda financeira dos doadores internacionais ao seu país poder ser usada indevidamente pelo Governo da Frelimo”** e defendeu a criação de uma comissão parlamentar para **“fiscalizar os fundos que serão doados”**.

Pacheco Pereira chamou a atenção para que **“nem**

**tudo está adquirido em Moçambique”** e defendeu o **“direito de a Renamo controlar, no âmbito do Parlamento, a atribuição a Moçambique de milhões de dólares para a reconstrução do país”**, sublinhando a necessidade de fomentar em África **“formas de partilha do poder”** que se implantam dificilmente em países **“que vinham de regimes de partido único”**, como **Moçambique ou Angola.**



Afonso Dlakhama deslocou-se a Bruxelas para participar numa reunião da União Democrática Africana (UDA).



# Arlindo Cunha em favor do leite escolar

O Deputado **Arlindo Cunha** desenvolveu uma iniciativa **contra os cortes no financiamento do leite escolar** que mereceu o apoio de **Carlos Coelho** na última Sessão Plenária de Estrasburgo.

Arlindo Cunha e Carlos Coelho pediram “que o Parlamento Europeu dê uma resposta contundente de **rejeição da proposta da Comissão Europeia no sentido de acabar com o financiamento a 100% da distribuição gratuita de leite nas escolas primárias e secundárias, que a União Europeia financia desde há mais de 20 anos**”.

Arlindo Cunha lembra que “nos últimos anos esta acção tem correspondido a uma despesa média anual de cerca de 90 milhões de Euros, relativa a mais de 300 milhões de litros de leite,

**beneficiando cerca de 10 milhões de jovens, ou seja, 19% da população escolar elegível**” e que, em sua opinião, “há duas razões principais que justificam esta medida e a sua continuação nos moldes actuais:

- A primeira, a mais importante, é o seu alcance social, que assegura uma dieta minimamente equilibrada a muitas crianças e jovens que doutra forma não teriam a ela acesso. Apesar da diferenciação de critérios conforme os Países, **beneficiam-se especialmente os jovens de camadas mais desfavorecidas e zonas mais pobres dos meios rural e urbano.**

- A segunda razão é que num mercado de produtos lácteos estruturalmente excedentário, esta medida constitui também um incentivo ao escoamento do produto, de forma bem mais útil e construtiva do que a distribuição, desnaturação ou exportação para países terceiros a custos ainda mais onerosos.

Para o Deputado social democrata “**pena é que a UE não tenha mais acções destas noutros produtos, em vez de os andar a despejar nos mercados internacionais a custo de subsídios que são por vezes o dobro do seu preço nesses mercados. Sendo, pois, difícil de compreender o objectivo invocado de poupança orçamental, quando a mesma UE gastou em 1999 mais de 1 500 milhões de Euros em subsídios à exportação de produtos lácteos, ou seja 33 vezes mais o que agora pretende poupar no leite escolar...**”

Arlindo Cunha recordou que “**os Estados Unidos da América, que têm fama de terem uma visão mais individualista e menos solidária da sociedade, gastam cerca de 9.000 milhões de dólares por ano na distribuição de géneros alimentícios às crianças das escolas, o que corresponde a 100 vezes mais do que faz a União Europeia!**”

Sucedo, porém, que “a Comissão Europeia vem agora com uma proposta no sentido de acabar com o financiamento a 100% desta medida, propondo um co-financiamento a 50% para os orçamentos nacionais, o que, além de tudo o mais, **penaliza especialmente os países menos prósperos, como é o caso de Portugal, onde o programa do leite escolar representa aproximadamente uma ajuda comunitária de meio milhão de contos em benefício de 500 mil alunos.**

Ou seja, uma Europa que gasta 42.000 milhões de Euros com a PAC, para reduzir despesas vai precisamente à única acção com uma componente claramente social e distributiva. A mesma Europa que tanto elabora em auto-estima sobre o seu propalado ‘modelo social’!

Carlos Coelho afirmou que “**como português ficaria chocado se uma medida destas fosse aprovada sob a batuta de uma Presidência da UE exercida pelo meu país**” e apoiou a proposta de “**alargamento do programa a outros produtos lácteos como os iogurtes e os queijos magros**”.

**pena é que a União Europeia não tenha mais acções destas noutros produtos...**



**Já pode ver a Carta da Europa na Net no site do PPE**

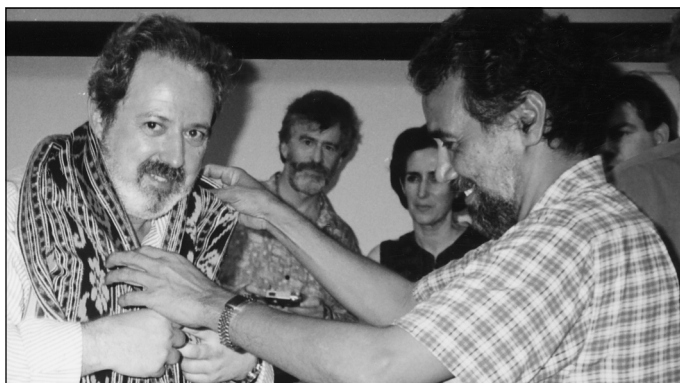
# Pacheco Pereira e Costa Neves em Timor

**José Pacheco Pereira**, Vice-Presidente do PE, chefiou uma importante delegação do Parlamento Europeu que se deslocou à Indonésia e a Timor nos passados dias 16 a 21 de Abril. Da delegação de seis Deputados faziam ainda parte outros dois Vice-Presidentes do Parlamento Europeu e **Carlos Costa Neves**, Vice-Presidente da Delegação para as Relações com os países ASEAN.

Pacheco Pereira destacou *“o nível pouco vulgar da Delegação e o facto da visita não se limitar ao território de Timor-Leste, incluindo importantes contactos políticos em Jakarta e em Timor Ocidental”*.

Para Pacheco Pereira, com a visita desta Delegação, o Parlamento Europeu *“pretendeu apurar quais as melhores medidas no sentido da continuação do apoio da União Europeia à reconstrução e ao processo de transição para a independência de Timor-Leste”*.

Em Jakarta, a Delegação do Parlamento Europeu reuniu com a **Vice-Presidente Megawati**, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Shihab, com o Ministro da Defesa, Juwono Sudarsono, com uma delegação de parlamentares indonésios e com o Procurador Geral do Tribunal de Direitos Humanos



*O Vice-Presidente do Parlamento Europeu, José Pacheco Pereira com o Presidente do CNRT, Xanana Gusmão*

em Timor Leste. Em Kupang, capital de Timor Ocidental, a delegação teve ocasião de visitar os campos de refugiados e encontrar-se com o Governador Piet Tallo.

Em Timor Leste, os Deputados ao Parlamento Europeu encontraram-se com os dirigentes do CNRT, **Xanana Gusmão** e **José Ramos Horta** e com vários responsáveis da Administração das Nações Unidas, do Banco Mundial e de Organizações Não Governamentais presentes no território. A delegação reuniu ainda, em Baucau, com o **Bispo Basílio do Nascimento**.



## Retratos de Timor...

por Carlos Costa Neves

### • Sessão de trabalho com o “Governo” da ONU em Dili

Encontramos sucessivos responsáveis ao mais alto nível. Timorense, nem um. Quero acreditar que é uma situação que mudará rapidamente. Por agora, só há timorenses nos níveis mais baixos da administração.

### • Bispo de Baucau

Ouçõ a seguinte história. Perto de Baucau produzem-se as excelentes bananas de casca vermelha. Os locais, mesmo se com fome, já não “vêm” bananas. Decidiram dá-las aos porcos. Passado algum tempo, estes também passaram a recusá-las. Escoá-las não é possível. Faltam transportes, circuitos de comercialização, tudo.

### • Reconstrução

O grau de destruição é tremendo. A reconstrução

praticamente não começou. De um lado, o processo burocrático imposto pelas normas que a ONU tem de seguir. Do outro, quando há cimento, não há ferro ou zinco.

### • Moeda oficial

A moeda oficial é o US Dollar. O que circula são as rupias indonésias.

### • Pequenos negócios

Nascem todos os dias como cogumelos, especialmente os restaurantes. O ambiente geral é leve, descontraído, em forte contraste com o de Agosto de 99.

### • Campo de refugiados em Kupang

Pergunto a refugiados se e quando querem regressar. Expressivamente, passam o dedo na garganta. Nos campos coincidem as vítimas, os algozes e as testemunhas.

É preciso dar tempo ao tempo, mas também é **preciso não deixar esquecer Timor-Leste**. O referendo não foi um ponto final, foi o ponto de partida para uma longa e difícil jornada.



## Sérgio Marques sobre a Zona Franca da Madeira

O Deputado Sérgio Marques questionou a Comissão Europeia sobre o **regime de incentivos à Zona Franca da Madeira (ZFM)**, inicialmente previsto para vigorar durante 25 anos, e que face às dúvidas suscitadas pela análise do Grupo do Código de Conduta da Fiscalidade das Empresas pode caducar no final deste ano para as novas empresas, já que estas terão que se limitar a um novo regime muito mais limitado no tempo e na depressividade das ajudas.

Sérgio Marques questiona a *“compatibilidade das novas medidas com o disposto no art. 299, n.º 2, do Tratado, que prevê um tratamento específico para as Regiões Ultraperiféricas, precisamente em áreas como a fiscalidade, zonas francas e ajudas do Estado”*.

Sérgio Marques pergunta ainda se *“não se estará a impedir a continuação do regime e a afectar drasticamente um vector essencial para o desenvolvimento da Madeira e a **discriminá-la face a outras ilhas**, territórios europeus ou dependentes ou associados de Estados-Membros”*.



## Carlos Coelho defende Fundo para os Refugiados

Carlos Coelho afirmou em Estrasburgo que *“foram necessários os exemplos eloquentes do que se passou com o Kosovo e, em menor escala, com Timor para que se reforçasse a evidência da necessidade de um Fundo Europeu para os Refugiados, cuja criação foi por várias vezes reclamada”*.

A nova abordagem da política europeia em termos de asilo e migração, acrescenta Carlos Coelho, *«pressupõe uma **solidariedade entre os Estados Membros**, devendo, deste modo, existir mecanismos destinados a contribuir para alcançar um equilíbrio entre os esforços desenvolvidos pelos Estados Membros que acolherem esses refugiados e para que possam suportar, a curto e a longo prazo, as consequências decorrentes desse acolhimento»*.

Carlos Coelho defende que *«é correcto que o **Fundo tenha uma componente de emergência**, a aplicar a casos de afluxo maciço de pessoas que se encontrem numa situação de necessidade quanto a **protecção internacional**; mas, que ao mesmo tempo,*

*garanta o financiamento de medidas de política estrutural, ou seja, que permita, num quadro de programação plurianual, dar um apoio efectivo a medidas destinadas:*

- a *melhorar as condições de acolhimento;*
- a *promover a integração*
- a *facilitar o repatriamento voluntário*
- a *facilitar a reintegração nos países de origem de refugiados e de pessoas deslocadas»*.



## Jorge Moreira da Silva contra co-incineração

O Deputado Jorge Moreira da Silva defendeu que, no âmbito do processo de conciliação da Directiva da Incineração de Resíduos, se possam fixar **normas técnicas mais restritivas aos processos de incineração** e, em especial, de co-incineração de resíduos.

Com esse objectivo, **Jorge Moreira da Silva é um dos dois Deputados indicados pelo PPE para integrar o Comité de Conciliação** da Directiva da Incineração de Resíduos que foi agora formalmente constituído.

Este Comité de Conciliação é constituído por uma delegação do Conselho de Ministros da União Europeia e por uma delegação do Parlamento Europeu e tem como objectivo encontrar, nos próximos meses, um acordo em torno da Directiva da Incineração de Resíduos, tendo em vista a sua aplicação a partir de 2005.

Jorge Moreira da Silva recorda que *“na posição adoptada no passado mês de Março, o Parlamento Europeu fez questão de afirmar a sua **vontade de melhorar consideravelmente o quadro actual de gestão de resíduos na Europa**, promovendo critérios tão importantes como a saúde pública e a defesa dos direitos dos cidadãos”*.

Nessa ocasião, salienta Jorge Moreira da Silva, *“o Parlamento Europeu **definiu elevadas restrições técnicas, jurídicas e processuais a todos os processos de incineração e co-incineração na Europa”***.

Jorge Moreira da Silva afirma ainda que se o Comité de Conciliação da Directiva de Incineração de Resíduos acompanhar o ponto de vista defendido pelo Parlamento Europeu, e pelo qual o Deputado social democrata se irá bater, *“**resultará muito mais difícil, se não impossível, a aplicação da estratégia de co-incineração defendida pelo Governo português”***.





## Vasco Graça Moura: 2001 – Ano Europeu das Línguas

Vasco Graça Moura começou por lembrar que vem “de um país cuja **História, nos últimos seis séculos, está intimamente ligada ao conhecimento das línguas estrangeiras faladas nas mais variadas partes do nosso planeta. Os portugueses tiveram sempre de aprender a falar as línguas dos povos que foram seus interlocutores e, por sua vez, levaram uma língua europeia, a portuguesa, aos quatro cantos do mundo em que ela, hoje, é falada por 200 milhões de seres humanos.**

Para mim, acrescentou o Deputado Graça Moura, torna-se pois de uma evidência natural o alcance de uma iniciativa como a do Ano Europeu das Línguas – 2001, numa época em que **a Europa se confronta com uma nova dimensão da sua História** e em que temos todos plena consciência da extraordinária riqueza representada pela diversidade cultural e linguística dos povos europeus e dispomos de vasta elaboração conceptual, levada a cabo pelo Conselho da Europa e mesmo por este Parlamento, que leva a conceber a língua materna como um dos direitos fundamentais da pessoa humana. É neste quadro, em que confluem a história e a civilização, a dinâmica dos processos culturais e a elaboração jurídica, a premência do presente e uma necessária perspectiva do futuro, que ganha o seu pleno relevo a **proposta de aprendizagem de línguas estrangeiras feita a todos os cidadãos da União Europeia**”.



## Teresa Almeida Garrett sobre a C.I.G.

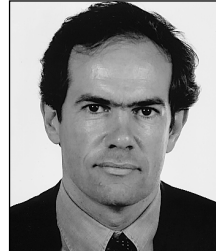
O alargamento e as consequências estratégicas, políticas e económicas que dele resultam para a União Europeia **não podem continuar a ser assuntos alheios à discussão das opiniões públicas** ou a ser olhados exclusivamente da perspectiva nacional.

É por isso que o debate que a apresentação da posição do Parlamento Europeu sobre a Conferência Intergovernamental propicia é fundamental para compreender esta nova fase da construção europeia, ao mesmo tempo arriscada e apelativa.

Se as propostas que visam viabilizar e fortalecer o progresso comum e o processo de integração nesse novo e complexo quadro são de aplaudir, outras há, e refiro-me concretamente às listas europeias para o Parlamento Europeu ou à regra formulada para as decisões por maioria qualificada ou para as cooperações reforçadas, por exemplo, em que **um equilíbrio mais justo entre os Estados-Membros** e mais conforme à representação e legitimidade dos respectivos órgãos **poderá ser tentado.**



É que também em relação aos países que durante anos estiveram sujeitos a integrações forçadas e autoritárias, e que agora nos batem à porta atraídos pelo êxito da nossa experiência em comum, importa recebê-los com a casa arrumada e a funcionar bem, é certo, mas que não haja qualquer dúvida sobre a participação de todos na procura das melhores soluções para todos e sobre o primado dos valores da justiça, da democracia e da solidariedade no seu interior.



## Sérgio Marques sobre a questão das bananas

Sérgio Marques questionou a Comissão Europeia, na pessoa do Comissário Fischler, sobre “porque é que para o comércio da banana a Comissão Europeia defende, a partir de 2006, a liberalização pura e simples e para a carne, o leite e os cereais, que absorvem 68% do FEOGA-Garantia se invoca, como a Comissão fez em Seattle, a especificidade da agricultura europeia. Não será isto uma inaceitável dualidade de critérios?”

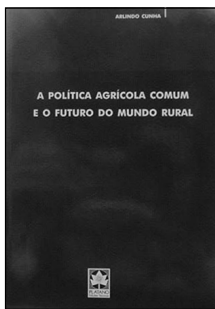
Sérgio Marques pergunta ainda se a “**Comissão tem dois pesos e duas medidas**” ou se “**é a banana o parente pobre das produções agrícolas da União Europeia?**”

Usando da palavra, no Plenário do Parlamento Europeu, sobre as alterações propostas pela Comissão Europeia ao Regulamento que estabelece a organização comum de mercado no sector da banana, Sérgio Marques pergunta se “o modelo agrícola europeu não tem de servir também para salvaguardar a produção de banana da União Europeia, a qual será seriamente ameaçada pela liberalização proposta pela Comissão Europeia” e questiona a Comissão sobre se esta “**vai também liberalizar o comércio de carne, leite e cereais** ou se vai ceder às posições mais radicais dos EUA numa altura em que estes aumentam significativamente os apoios à sua agricultura?”

Sérgio Marques critica ainda a Comissão por “**não atender sequer ao facto de a banana ser a principal produção agrícola de quatro Regiões Ultraperiféricas, situadas entre as dez regiões mais desfavorecidas da União.**”

Para Sérgio Marques “a função ambiental da Agricultura é tão ou mais importante que a função económica. O fim da banana na Ilha da Madeira constituiria, para além de uma quebra grave de rendimento para milhares de famílias, um enorme desastre ambiental.”

A terminar, Sérgio Marques afirmou: “ao Conselho da União Europeia, **sob Presidência Portuguesa**, exige-se que assuma as suas responsabilidades, nomeadamente garantindo os meios suficientes para ocorrer à necessidade de aumentar as ajudas compensatórias aos agricultores de banana”.



## Livro de Arlindo Cunha sobre a Política Agrícola Comum

O Deputado do PSD, Arlindo Cunha, apresentou o seu livro sobre "A Política Agrícola Comum e o Futuro do Mundo Rural".

Em 1992, trinta anos após a criação das primeiras Organizações Comuns de Mercado, concretizou-se finalmente a que, até então, foi a **maior de todas as reformas da Política Agrícola Comum (PAC)**.

Com a reforma de 1992 foram criados novos mecanismos de controle da produção e reforçadas as dimensões ambientais, estruturais e florestais da PAC, numa evolução sem precedentes na sua história.

Mas como todas as reformas, também esta iria evidenciar progressivamente sinais de erosão, tendo surgido, neste contexto, a **Agenda 2000**, que se pretendia que fosse o *arrumar da casa* para o período 2000 a 2006.

Mas a reforma da PAC da Agenda 2000 acabou por ser uma **desilusão** na medida em que quase se limitou a reproduzir a reforma de 1992, quando era evidente, mais do que nunca, a necessidade de consolidar uma evolução no sentido de um reequilíbrio interno profundo entre as suas componentes sectoriais tradicionais e as novas dimensões territoriais, ambientais, de emprego e de qualidade e segurança alimentar.

É neste quadro que o objectivo principal desta obra se traduz na elaboração de algumas reflexões sobre os futuros contornos de uma nova PAC que Arlindo Cunha acredita venha então e finalmente a transformar-se numa "*Política Agrícola e Rural Comum*" (PARC).

A situação específica de **Portugal, especialmente perdedora nesta última reforma**, é também analisada neste livro.

## Iniciativa de Vasco Graça Moura sobre:

*"Globalização da Indústria dos Media e suas possíveis ameaças para a diversidade cultural"*

Por iniciativa do Deputado Vasco Graça Moura, a Comissão para a Cultura, Juventude, Educação, Comunicação Social e Desporto pediu ao STOA (Scientific and Technological Options Assessment) a elaboração de um estudo sobre a "*Globalização da Indústria dos Media e suas possíveis ameaças para a Diversidade Cultural*".

Esse estudo examinará as vantagens e desvantagens que a globalização na área das indústrias de Comunicação Social apresentará para a diversidade cultural e linguística dos países europeus e **será encomendado a uma entidade externa** a escolher, com base num pedido restrito de propostas, **entre institutos de investigação, universidades, empresas de consultadoria ou semelhantes e investigadores individuais**.

Informações mais detalhadas podem ser solicitadas ao:

**STOA**

**European Parliament  
Directorate-General for  
Research**

Dick Holdsworth

L-2929 Luxembourg

Tel: 352/430022511 ou  
430022623

Fax: 352/430022418



4 em cada 5 portugueses têm "*pouco ou nenhum interesse pela política*" (sondagem UCP/Público, Antena 1 e RTP)



64% dos portugueses consideram a UE importante para a sua vida quotidiana (sondagem EUROSTAT)



60% dos europeus consideram necessária a moeda única, 32% são contra e 8% não têm opinião (sondagem EUROSTAT)

## CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luis Fernandes e Sandra Nunes**

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551



